

Esquizofrenia e experiência social: loucura, crítica e reconhecimento

Schizophrenia and social experience: madness, criticism and recognition

Sílvio Camargo

Resumo

Busco neste trabalho apresentar reflexões teóricas sobre o conceito de loucura mediante um olhar da teoria social contemporânea, em especial quanto aos referenciais de uma teoria crítica da sociedade. Através de uma análise interdisciplinar proponho a hipótese de apreensão da loucura, em especial da esquizofrenia, como uma forma de experiência social, em contraposição às definições hegemônicas no campo da psiquiatria, as quais nomeiam a esquizofrenia como doença mental. Associo a psiquiatria moderna ao campo do que Max Horkheimer chamou de Teoria Tradicional. Na tentativa de um olhar crítico sobre as chamadas psicoses, recupero as obras de Michel Foucault e Ronald Laing como críticos do paradigma psiquiátrico, e ao mesmo tempo pondero sobre as contribuições de Axel Honneth para pensarmos a loucura na dimensão da teoria do reconhecimento. A proposta diz respeito a postular diferentes possibilidades epistemológicas de uma teoria crítica da loucura e da anormalidade.

Palavras-chave

loucura, antipsiquiatria, teoria social crítica.

Abstract

I seek in this work to present theoretical reflections on the concept of madness through a look of contemporary social theory, especially as regards the references of a critical theory of society. Through an interdisciplinary analysis I propose the hypothesis of apprehension of madness, especially of schizophrenia, as a form of social experience, in opposition to the hegemonic definitions in the field of psychiatry, which name schizophrenia as mental illness. I associate modern psychiatry with the field of what Max Horkheimer called the Traditional Theory. In an attempt to take a critical look at the so-called psychoses, I recover the works of Michel Foucault and Ronald Laing as critics of the psychiatric paradigm, while at the same time pondering the contributions of Axel Honneth to think of madness in the dimension of recognition theory. The proposal is about postulating different epistemological possibilities of a critical theory of madness and abnormality.

Keywords

madness, antipsychiatry, critical social theory.

Sílvio Camargo

Universidade Estadual de Campinas

Graduado em Filosofia pela UFRGS, mestre e doutor em Sociologia pela Unicamp. É pesquisador no âmbito da teoria crítica possuindo livros e artigos sobre teoria social contemporânea. Atua também no campo da Psicanálise.

scccamargo@gmail.com

Introdução

O problema geral que proponho abordar neste ensaio é o como pensar o conceito de loucura a partir de referenciais de uma teoria social crítica em sentido panorâmico. Nesse sentido, se trata também de postular algumas das dimensões e diferenças epistemológicas que estão envolvidas na própria ideia de loucura. Além disso, busco uma problematização que não parte do escopo teórico científico da tradição psiquiátrica e que dialoga, direta ou indiretamente, com diferentes tradições da teoria social contemporânea. Se a teoria crítica¹ é o ponto de referência das considerações críticas a serem expostas a seguir, ela não será, quanto ao seu itinerário frankfurtiano, o objeto exclusivo da problematização, na medida em que pretendo me concentrar com ainda maior ênfase em questões propostas pelo pós-estruturalismo e pela fenomenologia, buscando nestas os elementos de crítica ao paradigma da psiquiatria moderna quanto àquilo que ela lega para a esfera pública acerca da representação da loucura, isto é, a sua circunscrição ao domínio da doença mental.

Para usar a matriz da ideia original de Teoria Crítica, cujo marco é *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* de Max Horkheimer, (1983 [1937]) como ponto de partida, desde logo enuncio que a loucura tal como é tratada pela psiquiatria desde pelo menos o início do século XX, pode ser tida como uma forma bastante protocolar de Teoria Tradicional, que herda alguns dos aspectos mais perversos da ciência moderna quanto ao seu ancoramento na racionalidade instrumental (ADORNO; HORKHEIMER, 1985)². Refiro-me ao início do século XX porque é o marco de surgimento do conceito “científico” de esquizofrenia, uma suposta patologia que há um século coincide, de um modo geral, com o próprio enquadramento teórico da loucura enquanto doença mental. Mas a história da loucura é um tanto mais longa quanto ao seu entrelaçamento com a ciência moderna, como mostrou Michel Foucault (2014 [1961]).

A hipótese apresentada neste trabalho é de que a ideia de loucura em sentido mais amplo, e a de esquizofrenia mais especificamente, podem ser melhor apreendidas em sentido crítico mediante a introdução da noção de experiência social⁴, isto é, aqui estaria uma das contribuições da teoria social para a compreensão deste acontecimento da subjetividade humana e de suas formas sociais de representação. No que tange à teoria sociológica, parece-nos que, na esteira de toda a tradição parsoniana, a ideia de loucura, tal como apresentada pela psiquiatria tradicional, tende a ser reduzida à esfera da doença mental, isto é, à esfera da patologização, em detrimento da efetividade sócio histórica que pode estar presente no conceito. Historicamente, ou em sentido moderno, de uma maneira ampla o indivíduo louco é definido como aquele cuja conduta, comportamento e linguagem não se adequam às normas sociais instituídas, o que implica, tomando como ponto de partida a própria noção de integração social, a postulação de elementos para se pensar inclusive nas diferentes formas de se compreender epistemologicamente o campo da Sociologia⁵. Busco a seguir refletir sobre a hipótese acima sugerida tentando abordar diferentes modulações epistemológicas no campo da teoria social.

Loucura, crítica e poder

Michel Foucault não faz parte do cânone clássico da teoria sociológica contemporânea, mas para muitos é um nome expressivo da teoria social, além de ter uma contribuição ampla para o conjunto das Ciências Humanas e mesmo para outras ciências. Como situá-lo, desse modo, no amplo espectro do que chamamos de teoria social contemporânea e, por outro lado, com os saberes que se ocupam da psique humana? A forma como sua

1

O que o autor deste artigo entende por Teoria Crítica (e teoria crítica com letras minúsculas) está presente em diferentes de suas publicações anteriores, como em: (CAMARGO 2006a; 2006b; 2017).

2

O objetivo deste texto não é uma abordagem dos pensadores da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, mas sim, adotando-os como um pressuposto quanto a um modelo de crítica à ciência moderna, direcionar a crítica, enquanto crítica da razão instrumental, aos desdobramentos específicos do campo da psiquiatria.

3

O conceito de “esquizofrenia” surge com Eugen Bleuler em 1908 a partir do quadro clínico (demência precoce) esboçado por Kraepelin em 1893 (ELKIS, 2000; SILVA, 2006). O interesse desse trabalho não é uma problematização deste conceito em acepção médica, mas sim utilizá-lo como referência central para àquilo que a psiquiatria, de modo geral, trata como quadro de “doença mental”.

4

Não apresentarei no texto uma definição positiva do que é “experiência social”. O termo aparece amplamente em toda história da teoria social contemporânea, em suas diferentes expressões, sendo que o tratamos, em trabalhos anteriores, quanto ao seu aparecimento em alguns autores contemporâneos (CAMARGO, 2010). Refiro-me à experiência social, quando se trata de minha própria posição, tentando apreender seu sentido tão próximo quanto possível daquele que suponho ser o de Theodor W. Adorno, isto é, a experiência [Erfahrung] como algo relativo ao “não idêntico”, termo filosófico recorrente na obra *Dialética Negativa* (ADORNO, 2009).

obra tem sido amplamente estudada nas últimas décadas, de um modo geral, faz com que seus comentadores separem três momentos de sua trajetória: a arqueologia, a genealogia e a ontologia de si, embora este último termo não seja tão preciso ou consensual. Em boa medida herdeiro do estruturalismo e do próprio contexto intelectual francês das décadas de 1950 e 1960 é de modo distante que sua obra dialoga, inicialmente, com a tradição sociológica, mesmo a do seu país. Oscilando entre uma forma peculiar de historiografia e a Filosofia, quanto a esta as questões que Foucault levanta no início dos anos 1960 dizem respeito acima de tudo ao também amplo espectro da Epistemologia e mesmo da Filosofia da Ciência.

A chamada fase genealógica é a que mais propriamente o situa no campo específico da Teoria Social, na medida em que, com a publicação de *Vigiar e Punir* (1998[1975]), se constitui em uma teoria que é, ao menos para alguns de seus intérpretes, uma crítica ampla da modernidade e uma teoria do poder (CAMARGO, 2006a). Em parte, a compreensão reconhecida-mente controversa de que há uma teoria do poder em Foucault se deve a um dos maiores expoentes da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt que é Jürgen Habermas. A crítica inicial de Habermas a Foucault (HABERMAS, 1992) tornando-o de um pós-estruturalista em um pós-moderno, no fim das contas deu ainda mais notoriedade ao pensador francês. A querela entre os autores quanto à compreensão do que é a modernidade, e a própria relação com a herança da *Aufklärung*, repercutiu nos debates ocorridos na década de 1980 os quais tiveram uma tímida evidência na Sociologia, mas tomou conta dos debates intelectuais mais amplos daquela década. Seja como for, o problema da loucura atravessa a obra foucaultiana, pois a rigor *História da Loucura* seria anterior à fase genealógica, e permanece importante na última fase, como vemos, por exemplo, nas suas críticas à psiquiatria moderna (FOUCAULT, 1999).

Foucault não está interessado em debater com Parsons ou Merton, ou sequer com Althusser, quando se trata de situá-lo no campo da Teoria Social. O interesse que inicialmente move Foucault é a própria trajetória da ciência moderna e a constituição dos saberes na modernidade. Ocorre que tal preocupação o leva a diagnosticar a maneira pela qual na chamada modernidade os saberes foram se constituindo em concomitância a uma multiplicidade de instituições e experiências sociais que trazem à tona, mesmo que indiretamente, um tema caro à teoria sociológica, a relação entre ação e estrutura. E ao pensar a ação, aí já na fase genealógica, as referências de Foucault não são Weber ou Parsons, pois sua teoria social é ao mesmo tempo uma historiografia. E esta se constrói, em boa medida, por um estudo documental que expressa a produção de discursos num determinado contexto histórico. Mas o discurso, em parte recolhido na história de algumas instituições revela, como aquele das instituições jurídicas, uma transmutação que se processa na sociedade moderna da ideia de soberania para o âmbito da disciplina, isto é, o poder muda de foco, já não é mais compreendido pela figura única do Estado, mas está nas ações humanas que já não têm mais um centro e circulam na sociedade em concomitância com a própria formação dos saberes. E é disso que resulta o conceito de loucura em sua acepção moderna.

Parto do entendimento de que a loucura, tal como é usualmente representada enquanto doença mental é uma forma específica de experiência social que toma lugar na modernidade e assume na sociedade contemporânea um papel significativo em torno do qual podemos pensar em uma dominação social que traz a herança da *Aufklärung* (CAMARGO, 2006a) e nisso se insere a contribuição e pioneirismo de Michel Foucault. Embora tenha sido escrita em um momento anterior ao que chamamos de uma teoria do poder, a sua análise no livro *História da Loucura*, onde se expõe como a loucura foi se constituindo histórica e discursivamente ao longo da modernidade, já mostrava os elementos de crítica da racionalidade

5

Refiro-me aqui, sendo sucinto, aos argumentos desenvolvidos no célebre artigo de Jeffrey Alexander (1987) sobre os diferentes pontos de vista presentes na história da sociologia como campo do saber.

moderna que em obras posteriores foi mais claramente delimitada. Em diferentes momentos de sua exposição sobre o como o conceito de loucura foi produzido pela sociedade moderna Foucault, em diferentes momentos do seu livro, se refere a ela como uma forma de experiência. Sugiro que a análise foucaultiana acerca da história da loucura desde o final da Idade Média até meados do século XIX expressa a pré-história da loucura como doença mental, no sentido em que as modificações que foram se processando em aproximadamente três séculos refletiram diferentes maneiras de a própria sociedade abordar e representar um determinado tipo de experiência social que só passou a ter o estatuto de doença no final do século XVIII. Aqui não se trata de uma ironia, mas de uma referência explícita ao papel do positivismo na constituição da psiquiatria moderna (FOUCAULT, 2014, p. 471).

Já em *História da Loucura* Foucault antecipa aquilo que ficará mais claro em obras posteriores, nas quais ele busca mostrar que a relação entre saber e poder que caracteriza as instituições da sociedade moderna teve como uma de suas mais significativas expressões a experiência médica surgida dentro dos hospitais (FOUCAULT, 2011), assim como a psiquiatria e seu objeto, a loucura, se constituíram a partir do surgimento dos hospitais psiquiátricos ou manicômios, cuja consolidação histórica e institucional foi resultado de diferentes processos sociais. A loucura, a partir do século XVIII, passou a expressar os mesmos aspectos característicos de uma sociedade disciplinar, onde a classificação, separação e visibilidade dos corpos se mostraram como um instrumento de poder assentado no papel constitutivo do saber científico.

A loucura enquanto doença mental tem assim uma história que não se refere ao processo evolutivo de uma ciência que vai se constituindo em gabinetes ou laboratórios. Esta história se refere a um tipo de saber que só se tornou possível quando a experiência social do diferente, do estranho e anormal, adentrou para o espaço de instituições de confinamento, inicialmente os hospitais gerais e depois o hospital psiquiátrico. A história do confinamento é ao mesmo tempo a história da anormalidade, mais do que da própria loucura. Inicialmente os pobres, vagabundos, prostitutas, sífilíticos, devassos e toda sorte de desvalidos, que antes se misturavam ao conjunto da população, são internados em hospitais juntamente com os insensatos, ou aqueles cujo comportamento extrapola os limites da normalidade. Com o nascimento da clínica, ao final do século XVIII, se abre o espaço para que logo se separe e isole dos demais os insanos, cuja experiência se torna objeto da intervenção médica. O surgimento dos manicômios, como decorrência do nascimento da clínica, muda o status da loucura, esta passa a ser compreendida como uma anormalidade de características específicas, identificada pelo comportamento do insensato, que então começa a ser classificado mediante singularidades tidas como sintomas. O médico que se dedica especificamente à insanidade, naquele momento passando a ser identificada como uma patologia, e não mais um simples delírio da alma, torna possível o advento da psiquiatria. Um certo tipo de saber se forma na estruturação de uma instituição que por sua vez expressa poder, o poder do disciplinamento (FOUCAULT, 2017).

Se a teoria social de Foucault pode ser tomada como uma teoria ou analítica do poder ela repousa em uma apropriação da genealogia nietzscheana, em que, ao invés de se tomar a sociedade moderna como uma totalidade histórica, vê-se na história de suas instituições, nos espaços disciplinares, a evidência das tecnologias do eu, da prefiguração de uma subjetividade em que saber e poder não se distinguem. Nesse sentido, a constituição da loucura e da própria psiquiatria como fato histórico se refere a uma produção de verdade que está na base do discurso científico moderno. Nota-se que o saber psiquiátrico, neste caso, se autoriza a si mesmo, tendo como base o saber médico que é capaz de formular um

diagnóstico a partir da apreensão, por parte do médico, de um discurso, o do louco, que se mostra dissonante. Se o louco diz que é o “Imperador de Roma” há aí uma alucinação ou delírio e há que segregá-lo do convívio social, para que dentro da instituição manicomial a vigilância sobre seu corpo sirva igualmente para a decisão sobre sua normalidade. Se em História da Loucura a ideia de uma sociedade disciplinar ainda não está plenamente configurada, há já os elementos para se perceber a instituição do hospital psiquiátrico como o alicerce sobre o qual se constitui a própria especialidade científica, isto é, em seu fundamento está uma relação entre saber e poder, mas antes mesmo desta clara formulação há a dimensão da loucura apreendida como uma forma de experiência:

Tentaremos não descrever esse trabalho, e as formas que o animam, como sendo a evolução de conceitos teóricos na superfície de um conhecimento; mas atravessando a espessura histórica de uma experiência; tentaremos retornar o movimento pelo qual se tornou finalmente possível um conhecimento da loucura: este conhecimento que é o nosso e do qual o freudismo não conseguiu isolar inteiramente porque não estava destinado a tanto (FOUCAULT, 2014, p. 208).

Aqui atento para o fato de que o saber psiquiátrico, e a própria experiência médica e hospitalar que esteve na origem da psiquiatria, irá lidar com indivíduos que chegaram até o confinamento manicomial a partir de uma experiência social que diz respeito às formas de se compreender o ato individual e a normatividade social. Se o louco do Renascimento era visto como um ser bizarro, o louco do século XIX é produto de uma experiência demarcada pela própria constituição de uma esfera pública burguesa e consolidação do capitalismo. A não afinidade do pensamento foucaultiano com a Teoria Tradicional (HORKHEIMER, 1983 [1937]) se deve a que mesmo não se tratando de uma teoria da tradição dialética, há em Foucault, como em outros pensadores do pós-estruturalismo, uma crítica da tradição cartesiana e dos modelos científicos herdados da modernidade, na qual a racionalidade que pretendia emancipar o sujeito é a mesma que criou a disciplina, o controle e a impossibilidade da diferença.

Loucura, psiquiatria e existência

Em certa medida a história da loucura no século XX, e com ela a história da psiquiatria, esteve associada ao papel da esquizofrenia como conceito ou diagnóstico modelar do que veio a ser concebido como loucura enquanto doença mental. Se na passagem do século XIX ao século XX personagens da história intelectual como Nietzsche e Artaud contestavam em seus escritos a loucura como doença definida pelo poder médico, por outro lado a implementação de manicômios como epicentro institucional e cultural da ideia de loucura tomou proporções gigantescas em todo o mundo. A loucura deixou poucos resquícios, no campo do conhecimento, quanto à sua natureza de uma experiência social, para ser tratada exclusivamente como fato médico, neuroquímico e biológico. A partir dos anos 1950 ocorreu uma explosão no campo da indústria farmacêutica com a produção de medicamentos específicos para o tratamento daquilo que seriam os sintomas da esquizofrenia, como delírios e alucinações, e o internamento em hospitais psiquiátricos passa a estar associado ao uso compulsório de medicamentos como a Clorpromazina. Em termos deleuzianos teríamos um momento de interseção entre sociedade disciplinar e sociedade de controle. Aqui o tema da loucura se apresenta como um elemento empírico e histórico para pensarmos igualmente sobre a biopolítica e sobre a apropriação de Foucault por Gilles Deleuze (1992). Temos uma modificação

de escopo teórico quanto ao próprio pós-estruturalismo francês quando Deleuze e Guattari (2010) reinserem no debate a história do capitalismo e as transformações da sociedade contemporânea. Como indicação preliminar, seria possível dizer que a tese da sociedade disciplinar é de fato hoje insuficiente para pensarmos o problema da loucura, na medida em que a tecnologia do internamento asilar passou a conviver com outras formas de intervenção sobre os corpos. Assim como o rádio tem sido substituído pela internet, deixa-se os asilos pelas prateleiras da farmácia. Mas tais mudanças são também apreendidas, em parte, por outra tradição do pensamento contemporâneo, em bases consideravelmente distintas do ideário pós-estruturalista.

No final da década de 1950 como uma reação ao papel da violência e brutalidade da psiquiatria vigente surgiu no Reino Unido uma corrente de pensamento que mais tarde será chamada de antipsiquiatria⁶. Dois jovens psiquiatras, Ronald Laing e David Cooper, passam a propor um entendimento bastante inovador acerca do fenômeno da loucura e especialmente da esquizofrenia. Adotando como referência principalmente a obra de Sartre, os pesquisadores londrinos desenvolveram ao longo dos anos 1960 uma interpretação política e existencial da loucura, onde a ideia de esquizofrênico passa a ser relativizada quando se examina o percurso existencial do indivíduo com tal diagnóstico, reconstruindo-se, a partir de tais percursos, os aspectos familiares, econômicos e culturais que conduzem tais pessoas até o momento de sua rotulação e “estigmatização” (GOFFMAN, 1969) como loucos. Com base em uma interpretação de cunho fenomenológico acerca da relação do sujeito com o mundo (nos termos de Heidegger ou Sartre, quanto ao “estar no mundo”) os pesquisadores ingleses apontam para o fato de que a esquizofrenia, como o grande protótipo da loucura, decorre de uma experiência existencial. Meu entendimento quanto às contribuições desses autores é de que eles buscam explicitar em termos fenomenológicos aquilo que estamos tentando reconstruir como uma experiência social, embora para eles com características específicas, tendo em vista seu ancoramento epistemológico.

No caso de Laing, dentre as suas várias contribuições para a teoria social, há uma questão teórica que em meu entendimento merece destaque: o papel da família na produção social do esquizofrênico. Trata-se de algo que traz à tona não apenas toda a história da psicanálise, mas que ressurgiu de forma tanto mais intensa naqueles momentos históricos cujo traço fundamental é o autoritarismo. As hipóteses de Laing acerca da família foram resultado de sua experiência como psiquiatra e de pesquisas empíricas que ele realizou a partir da segunda metade dos anos 1950 em Londres. A questão que se apresenta no trabalho empírico de Laing que consistiu na realização de entrevistas com inúmeras pessoas que haviam recebido o diagnóstico de esquizofrênicos e todo o conjunto dos familiares com os quais estas conviviam, especialmente os pais. Desse modo, Laing passou a examinar o tipo de linguagem estabelecida entre os membros de uma mesma família apreendendo o modo pelo qual um de seus membros, o louco diagnosticado com esquizofrenia, possuía uma série de comportamentos e posturas existenciais tidas como estranhas e anormais pelos demais integrantes da família. O nascimento social do esquizofrênico, conforme Laing, era assim o resultado da relação do indivíduo com o outro, somente a partir desta relação era que se desencadearia a evidência da psicose. Vemos então que o seu ponto de partida (LAING; ESTERSON, 1977) se refere muito mais à natureza intersubjetiva da insanidade do que a uma teoria da subjetividade, como em Foucault.

Desde seus primeiros trabalhos sobre psicose Laing (1969a[1960]) se concentrou em tentar compreender o universo “esquizo”, em especial àqueles diagnosticados com esquizofrenia. Suas posições foram mudando ao longo do tempo, por isso me concentro um pouco mais em suas primeiras

6

O termo antipsiquiatria pode se referir a um conjunto diverso de autores críticos da psiquiatria tradicional que não possuem necessariamente relação entre si. Embora por vezes se associe o termo a autores como Thomas Szasz e Franco Basaglia, em geral se associa o termo com maior correção a Laing e Cooper. De fato, o termo “antipsiquiatria” foi cunhado por David Cooper (1967).

obras, especialmente *The Divide Self* (1969a[1960]) e *Sanity, Madness and the Family* (1977[1964])⁷. O que me parece haver em comum nos diferentes textos de Laing é o entendimento de que o esquizofrênico lida com seu próprio mundo interno, que está cindido entre um eu verdadeiro e um falso eu, mas ao mesmo tempo com o mundo externo, das relações interpessoais, que acabam sendo o que torna possível a sua rotulação como doente. O indivíduo psicótico, tal como aparece nas primeiras obras de Laing (1969a[1960])⁸ é alguém que para se auto-preservar teme a autenticidade do Eu, que o conduz a uma experiência de irrealidade que Laing irá chamar de insegurança ontológica. Não haverá, no entanto, possibilidade de compreensão das chamadas psicoses sem a apreensão do contexto psicossocial dos indivíduos no sentido daquilo que eles experimentam existencialmente neste entorno, em princípio incorporado nos nexos de linguagem da família. Inicialmente Laing se recusa até mesmo a estabelecer uma definição positiva de esquizofrenia:

No nosso ponto de vista é um pressuposto, uma teoria, uma hipótese, mas não um fato que alguém sofra de esquizofrenia (...). Não aceitamos a "esquizofrenia" como fato bioquímico, neurofisiológico, psicológico, e consideramos um erro palpável, no estado presente de provas, tomá-la como fato. Nem assumimos a sua existência. Nem a adotamos como hipótese. Não pressupomos qualquer modelo para ela (LAING; ESTERSON, 1970, p. 12).

Na psiquiatria moderna já não era assim tão nova a proeminência da família como elemento crucial para a compreensão da psicose, sendo que a noção de mãe esquizofrenogênica (FROMM-REICHMANN, 1978) apontava para a relação da mãe com o bebê como um elemento decisivo na constituição da esquizofrenia. Teoria bastante criticada, entre outras razões porque parecia atribuir uma conotação negativa aos integrantes de famílias com um indivíduo portador de diagnóstico. No âmbito da psicanálise, está subjacente ao modelo freudiano um modelo de família cuja figura prototípica é o próprio complexo de Édipo, onde a formação do inconsciente e dos elementos do recalque estão associados às pulsões sexuais cuja ambientação de experiência é um núcleo familiar que reflete a figura por excelência da família burguesa (POSTER, 1978). As neuroses, portanto, têm seu impulso a partir de demarcações de gênero bastante estreitas e precisas. No que se refere a Lacan, este pano de fundo de uma família estruturada de forma prototípica permanece similar a Freud, muito embora no caso do psicanalista francês estejamos falando de uma ordem enfaticamente simbólica.

A visão de Laing, entretanto, não diz respeito a uma culpabilidade da família, mas sim à tentativa de compreender, ou escutar, aquele cuja linguagem se expressa como uma singularidade, como uma viagem interna que se torna sofrimento em decorrência de sua não comunicabilidade. Não se trata igualmente de negar por completo a ideia de doença mental ou mesmo de esquizofrenia, mas sim de situá-las quanto ao discurso e práticas institucionais que em torno dela se erigiu na forma de violência corroborada pela prática psiquiátrica. Laing se refere ao fato, por exemplo, de que as narrativas de grande parte de seus pacientes em nada o autorizaria, ou a qualquer outro psiquiatra, a rotulá-los como psicóticos.

A loucura para Laing é algo compreensível a partir do momento em que o indivíduo seja respeitado ou reconhecido quanto àquilo que para ela faz sentido ou que se relaciona a um significado existencial. Sem descartar até mesmo elementos biológicos que poderiam ser predisponentes à loucura, a compreensão desta passa por um tipo de contextualização social da psicose. Refiro-me ao fato de que Laing (1974) nomeia claramente a esquizofrenia

7

Esta obra publicada em conjunto com Aaron Esterson é onde se encontram as entrevistas realizadas por Laing ainda no final dos anos 1950. Trabalho bastante criticado, entre outras razões, por sua alegada fragilidade metodológica e pelo fato de todos os casos narrados no livro serem de mulheres. Por outro lado, é nesta obra que com maior evidência se expressam hipóteses sobre a relação entre família e esquizofrenia como formas peculiares de experiência social, a qual os autores tratam como experiência existencial.

8

Em o Eu Dividido (1960) a loucura está relacionada com a ideia de psicose, enquanto, em A Política da Experiência (1967) a loucura se desloca para o próprio entorno social, refletindo um amadurecimento quanto à uma dimensão intersubjetiva na compreensão da loucura.

como uma “experiência” que é ao mesmo tempo política e existencial, e que enquanto tal não é apenas algo da ordem subjetiva. Em parte, está também em Hegel a origem do que Laing chama de experiência (THOMPSON, 2013: p. 601), além da influência de Heidegger. Comparativamente, são estes os mesmos filósofos mobilizados pelo frankfurtiano Axel Honneth (2003; 2015 para falar do reconhecimento) e da reificação como esquecimento do reconhecimento.

Loucura, crítica e reconhecimento

Parto da hipótese de que a loucura é uma forma específica de experiência social, independente da aceitação ou não de predisposições biológicas, que toma lugar na modernidade e assume na sociedade contemporânea um papel significativo em torno do qual pensarmos em uma dominação social que traz a herança da *Aufklärung*. Se definir experiência social é uma tarefa difícil, tentar compreender a experiência da loucura nos possibilita um processo de especificação de certo tipo de experiência que não é apreensível por uma única ciência, mas coloca em diálogo diferentes campos do conhecimento. Se para Foucault a loucura tende a se apresentar como uma experiência social que resulta de relações de poder, e para Ronald Laing a loucura enquanto psicose ou esquizofrenia buscará um fundamento ontológico de caráter fenomenológico, a pergunta que se coloca é: a partir de quais referências poderíamos pensar o problema a partir de uma teoria social crítica?

A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt não parece exibir em seu histórico investigações específicas sobre as psicoses. Seguindo os trilhos da psicanálise freudiana, a primeira geração de frankfurtianos se ocupa, na melhor das hipóteses, com os fenômenos das neuroses, e mesmo assim num sentido fortemente social, isto é, quanto à uma apropriação da psicanálise não nos aspectos de sua práxis clínica, mas sim quanto àquilo que ela nos auxilia a compreender o curso da modernidade e as formas de dominação social do capitalismo tardio. Entre os anos 1930 e 1940, dentre os colaboradores do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt talvez Eric Fromm tenha sido aquele que esteve mais próximo de uma problemática desta ordem. Assim como Freud concebeu que as psicoses não poderiam ter desdobramentos positivos no divã do analista e representavam, portanto, um certo limite do próprio escopo da psicanálise, desconheço qualquer menção significativa de Adorno e Horkheimer quanto ao universo das psicoses e o mesmo se aplica aos dois expoentes mais expressivos das gerações seguintes da Escola de Frankfurt, Habermas e Honneth.

Há, por outro lado, a possibilidade de pensarmos que as já conhecidas aproximações entre o pós-estruturalismo e a dialética negativa de Adorno também possam se referir, em certa medida, ao papel cumprido pela loucura na sociedade contemporânea. Se há um nexo entre o poder de Foucault, a diferença de Deleuze e o não idêntico de Adorno (DEWS, 1996), tal ligação nos sugere que a loucura enquanto o comportamento social que escapa aos padrões normativos de um sistema social determinado expressa uma forma de experiência que a conduz tanto às formas conhecidas de exclusão e negação da cidadania, até aqui enfatizadas, mas igualmente de resistência, mesmo coletiva, quando ela se expressa, por exemplo, nos movimentos de luta antimanicomial. A experiência social da loucura, se não deve ser concebida predominantemente como patologia neurobiológica, lembra aquilo que Honneth irá tratar como patologia social. Há nesta forma social de experiência uma complexa problemática sobre reconhecimento, não reconhecimento e luta por reconhecimento.

A teoria da justiça de Axel Honneth, ou mais enfaticamente sua teoria do reconhecimento, já é bastante conhecida nas Ciências Humanas. A primeira dificuldade que observo diz respeito às consideráveis diferenças que se expressam no pensamento deste autor em sua trajetória intelectual. Considero que há senão um abismo, um significativo marco de separação entre as teses desenvolvidas em *Luta por Reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais* (2003) e o recente *O Direito da Liberdade* (2015). Na primeira obra, que tornou Honneth mundialmente conhecido nas Ciências Humanas, a questão fundamental são os conflitos, as lutas dos indivíduos nas esferas da autoestima, da autoconfiança e do auto-respeito, enquanto desdobramento da dinâmica social do desrespeito (HONNETH, 1994), cujo ponto de partida é o sofrimento apreendido em termos de uma teoria da intersubjetividade. Aqui predominava, além de Mead e outros, as lições do jovem Hegel de Iena. Já em *O Direito da Liberdade* o modelo do desrespeito e do conflito cedeu lugar a uma tentativa de compreensão da maneira pela qual a liberdade, núcleo de uma Teoria da Justiça, só poderia ser vislumbrada no âmbito das instituições legadas pela modernidade enquanto garantidoras de sua efetividade histórica, tal como ensinou o Hegel da *Filosofia do Direito* (1975[1821]). Nesta obra mais recente, a dinâmica social do desrespeito cedeu espaço para as patologias sociais da modernidade, tornando-se estas a expressão de eventuais formas de não reconhecimento a serem solucionadas de forma imanente no âmbito das próprias instituições historicamente engendradas pelos atores sociais. Para um leitor não especializado, se mostra um tanto surpreendente a mudança até mesmo de linguagem entre as duas fases: enquanto na primeira obra há ainda um franco diálogo com as gerações anteriores da chamada Escola de Frankfurt, onde a expressão Teoria Crítica tem uma forte ênfase balizadora, na outra fase a ênfase recai sobre as Teorias de Justiça, num sentido amplo e reconstrutivo, mas ainda se norteando pelo que outrora Habermas (1998) chamou de conteúdo normativo da modernidade.

Mas pensemos agora sobre que relação teórica pode ser estabelecida entre loucura e a teoria do reconhecimento. Deparamo-nos com as duas dimensões daquilo que se apresenta na própria biografia intelectual de Axel Honneth. Em *Luta por Reconhecimento* há uma tentativa de explicar a gramática moral dos conflitos sociais. Assim como a teoria da ação comunicativa de Habermas serviu a muitos para investigar o advento dos novos movimentos sociais, tema caro à sociologia contemporânea, a primeira teoria da justiça de Honneth, e aqui acrescentamos Nancy Fraser, tem servido nas últimas duas décadas para pensarmos as lutas de classe, étnicas, de gênero e de diferentes minorias políticas. E por que então quase ninguém fala, no âmbito das Ciências Sociais, especialmente no Brasil, da luta antimanicomial? Não é preciso ser um grande especialista para saber que o ideário do psiquiatra italiano Franco Basaglia assentou raízes profundas na sociedade civil brasileira, tendo inspirado desde o final dos anos 1980, as lutas que em parte redundaram na Reforma Psiquiátrica (AMARANTE, 1998) e que pôs fim a alguns dos manicômios mais bárbaros da contemporaneidade. Na base desta luta está o sofrimento e o desrespeito que referendam as três esferas da tipologia honnethiana (a autoconfiança, a autoestima e o auto-respeito). O sofrimento humano da loucura, associado às suas formas de tratamento pela psiquiatria tradicional, representam um caso extremado, uma espécie de limiar daquilo que podemos entender por não reconhecimento.

Cabe lembrar ainda que as questões que revelam o embate entre teorias da subjetividade e da intersubjetividade presente não apenas no horizonte da teoria crítica (CAMARGO, 2006 b; 2017), também diz respeito às diferentes formas de apreensão da ideia de psicose. A gestação das psicoses pode estar diretamente relacionada ao problema da intersubjetividade, problema que mencionamos acima quanto ao pensamento de Laing, que assim como Axel Honneth recorreu às contribuições da psicanálise de

Donald Winnicott. Embora possamos pensar que as relações entre o Eu e o Outro em termos sociológicos nos remeteria a pensar sobre a própria interação social e suas condições de possibilidade, há quanto à própria explicação da natureza das psicoses uma problemática epistêmica, na medida em que estamos nos referindo não à consciência dos indivíduos, mas a uma formação da subjetividade que recorre, quase que naturalmente, às bases assentadas pela psicanálise desde Freud no campo de reflexão sobre a formação dos saberes.

De outro lado, para falarmos em patologias, termo recorrente na obra de Honneth, nos embarçamos, quando ao falar de loucura nos deparamos com a peculiar coincidência que poderia haver entre sua acepção médico-biológica e a da teoria social. Se há uma instituição da modernidade que raramente cumpriu as garantias de liberdade e reconhecimento, tal como nos indicaram Foucault, Laing e Basaglia (1985), esta é a instituição psiquiátrica. Estamos falando da negação do reconhecimento em sua mais ampla significação. O louco, seja na sociedade moderna ou pós-moderna, tem estado recorrentemente aquém da cidadania. A questão que se coloca é: devemos nos ater a correção de rumos de uma instituição reincidentemente negadora de reconhecimento ou questionar os próprios fundamentos teóricos, epistemológicos e científicos que tornaram possível este prepotente dispositivo que nos foi legado pela modernidade?

Consideremos igualmente que é difícil pensar a loucura na contemporaneidade sem fazer menção à própria constituição e transformações do capitalismo, algo já colocado claramente por Deleuze e Guattari (2010), mas compartilhado, com diferentes nuances, pelos autores aqui tratados. É necessário apontarmos para duas questões: em primeiro lugar, o capitalismo sempre foi núcleo central das investigações da Teoria Crítica de origem frankfurtiana, estando presente enquanto a dimensão de historicidade que exigiu deste modelo de teoria o empreendimento de diagnósticos de época como um de seus elementos caracterizadores. Nesse quesito não nos afigura tão consistente o pensamento recente de Axel Honneth. Embora possa parecer uma leitura ingênua, creio que em suas obras há poucos elementos efetivamente empíricos em torno dos quais alicerçar seu otimismo nas instituições da modernidade, geralmente apreendidas unicamente quanto ao contexto europeu. Em segundo lugar, se coloca o problema deste artigo, o da loucura. Mesmo sem lidar com o conceito de capitalismo, seja de origem weberiana ou marxiana, Michel Foucault em suas obras dos anos 1970 já apontava para o fato de que a sociedade disciplinar, ponto de origem do biopoder, gestou instituições que confluíam aos interesses do capital, para usarmos a linguagem de Marx. No caso da loucura, nada mais elementar do que a compreensão de que um dos critérios do saber-poder médico e jurídico para diagnosticar a “anormalidade” e depois a “doença mental” é o aspecto de não produtividade econômica do louco dentro dos marcos do trabalho assalariado e produtor de valor. Aqui se apresenta uma leitura da modernidade em Foucault que é diferente da de Honneth, que, se por um lado, contribui para pensarmos a luta antimanicomial como forma de luta por reconhecimento, de outro, aponta para uma demasiada confiança no legado das instituições modernas.

Considerações finais

Busquei neste ensaio apresentar elementos panorâmicos que possam contribuir para uma teoria crítica da loucura elencando modelos teóricos que durante o século XX se apresentaram como conhecidas referências na crítica da psiquiatria e suas formas de classificação, em especial no engessamento do conceito de esquizofrenia como doença mental. Se as obras de Foucault e Laing são já conhecidas nas arenas de debate sobre

loucura e saúde mental, entendo que a Teoria Crítica de matriz frankfurtiana pode igualmente trazer contribuições ao debate na medida em que expressa não apenas a crítica mais radical da ciência moderna empreendida no pensamento contemporâneo, mas também a crítica da dominação social atrelada, em seu núcleo, aos próprios desdobramentos do capitalismo.

A lógica do capital, ao longo dos últimos quarenta anos, aproximadamente, abdicou em parte das tecnologias de poder assentadas no enclausuramento. Os porões cederam espaço para as redes, e os eletrochoques e a lobotomia foram substituídos pela medicamentação desenfreada. A sociedade de controle se associa às transformações pelas quais tem passado o capitalismo nas últimas quatro décadas e exerce seu poder não apenas sobre aqueles que têm um diagnóstico de esquizofrenia e até hoje são conduzidos às instituições psiquiátricas de nova roupagem, mas o conjunto das populações têm se tornado subserviente ao poder da prescrição médica. Nas duas últimas décadas, para dar um exemplo, a depressão passou a ter um largo protagonismo (KEHL, 2015) na formação dos laços sociais da contemporaneidade. Há deprimidos por todos os espaços, em um mundo por vezes insuportável, mas que ao mesmo tempo deve ser aceito sem grandes contestações.

Axel Honneth, em seu artigo pioneiro *A dinâmica social do desrespeito* (1994) ofereceu elementos abundantes para especularmos sobre a relação entre reconhecimento, loucura e capitalismo. Naquele artigo, o autor busca recuperar em parte o conceito adorniano de não idêntico, epicentro de toda dialética negativa (ADORNO, 2009[1966]), e já antecipava também a importância de Winnicott, a partir do qual apreendemos que a luta por reconhecimento se assenta em um determinado tipo de experiência, fato psicológico este que se refere ao percurso de formação do Eu enquanto algo desencadeado na primeira infância. A apreensão da loucura também reflete a tensão epistemológica entre teorias da subjetividade e da intersubjetividade, e apenas para finalizar, gostaria de sugerir que o conceito de loucura, se pensado fora do campo da psiquiatria tradicional, exibe uma articulação entre anormalidade e diferença, e nesta pode estar também, em certas circunstâncias, a recusa da lógica da identidade, correlativamente da lógica do capital. E a contraposição a esta tem sido, há mais de oitenta anos, uma das tarefas da Teoria Crítica.

Sobre o artigo

Recebido: 09/03/2019

Aceito: 19/05/2019

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ADORNO, T. W. ;HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALEXANDER, J. O Novo Movimento Teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 4, Vol. 2, p. 5-28, 1987.

AMARANTE, P. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

BASAGLIA, F. **A Instituição Negada**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

- CAMARGO, S. C. **Modernidade e Dominação: Theodor Adorno e a Teoria Social Contemporânea**. São Paulo: Annablume/Fapesp: 2006 a.
- CAMARGO, S. C. Axel Honneth e o Legado da Teoria Crítica. **Revista Política & Trabalho** nº 24. João Pessoa (PB), 2006 b. p. 123-138.
- CAMARGO, S. C. Experiência social e crítica em André Gorz e Axel Honneth. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, 2010. p. 107-120.
- CAMARGO, S. C. A teoria crítica na multiplicidade de suas vozes. In: CAMARGO, S. e SILVA, J. P.. **A teoria crítica na multiplicidade de suas vozes**. São Paulo: Annablume. 2017. p. 17-31.
- COOPER, D. **Psiquiatria e Antipsiquiatria**. São Paulo: Perspectiva, 1967.
- DELEUZE, G.. **Conversações 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DEWS, P. Adorno, pós-estruturalismo e a crítica da identidade. In: ZIZEK, S. (Org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto 1996, p. 51-70.
- ELKIS, H. Evolução do conceito de esquizofrenia. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, n. 22 (Supl. 1), p. 23-26, 2000.
- FOUCAULT, M. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- FOUCAULT, M. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, M. **Les Anormaux**. Paris: Gallimard, 1999.
- FROMM-REICHMANN, F. **Psicoterapia intensiva em la esquizofrenia y en los maníaco-depressivos**. Buenos Aires: Ediciones Hormé S.A.E., 1978.
- GOFFMAN, E. The Insanity of Place. **Psychiatry: Journal of the Study of Interpersonal Processes**. Vol. XXXII, n. 4, p. 357-388, 1969.
- HABERMAS, J. Modernidade - Um Projeto Inacabado. In: ARANTES, O.; ARANTES, P. **Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas**. São Paulo: Brasiliense: 1992. p. 99-124.
- HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- HEGEL, G.W.F. **Princípios de la Filosofía Del Derecho o Dercho Natural y Ciência Política**. Buenos Aires: Sudamerica, 1975.
- HONNETH, A. **The Critique of Power. Reflective Stages in a critical social Theory**. London: The MIT Press, 1991.
- HONNETH, A. The Social Dynamics of Disrespect: On the Location of Critical Theory Today. **Constellations**. Vol. 1; nº 2, p. 255-269, 1994.
- HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento**. A Gramática Moral dos Conflitos Sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- HONNETH, A. **O Direito da Liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KEHL, M. R. **O Tempo e o Cão**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LAING, R. **The Divided Self**. London: Penguin, 1969 a.
- LAING, R. **Self and Others**. London: Penquuin, 1969 b.
- LAING, R. **A Política da Experiência e A Ave-do-Paraíso**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- LAING, R. ESTERSON, A. **Sanity, Madness and the Family**. London: Penguin, 1977.

POSTER, M. **Critical Theory of the Family**. London: Pluto Press, 1978.

SILVA, R. C. B. Esquizofrenia: uma revisão. **Psicologia USP**, 17 (4), p. 263-285, 2006.

THOMPSON, M. G. The Fidelity to Experience in R. D. Laing's Treatment Philosophy. **Contemporary Psychoanalysis**. Vol. 33, issue 4, p. 595-614, 2013.